

**RESENHA DE:
“MACROECONOMIA MODERNA:
KEYNES E A ECONOMIA CONTEMPORÂNEA”**

Gilberto de Assis Libânio¹

1 INTRODUÇÃO: KEYNES E OS KEYNESIANOS

J. M. Keynes é um dos principais nomes do pensamento econômico do século XX. Seu livro mais importante, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicado em 1936, pode ser considerado um marco na moderna tradição macroeconômica, tendo alterado decisivamente os rumos da teoria econômica.

Observando os elevados e persistentes níveis de desocupação na Inglaterra durante a Grande Depressão dos anos 30, Keynes buscou elaborar uma teoria alternativa à ortodoxia clássica, que via o desemprego involuntário como um desequilíbrio transitório a ser automaticamente superado pela ação das forças de mercado. De fato, o grande impacto das idéias e concepções de Keynes após a publicação da *Teoria Geral* pode ser atribuído, em boa medida, à relativa incapacidade da teoria clássica em explicar e, conseqüentemente, propor remédios para combater o problema do desemprego naquele período.

Ao enfocar a determinação do nível de produto em economias monetárias, a partir de flutuações de demanda agregada, Keynes demonstrou que a renda de equilíbrio não corresponde necessariamente ao pleno emprego. Este passou a ser visto como uma situação limite entre as várias posições de equilíbrio, e que só ocorreria se os gastos em investimento fossem exatamente suficientes para suprir a lacuna entre a renda “potencial” e o consumo a este nível de renda.

Ademais, Keynes rejeitou a visão de que o sistema econômico é eminentemente estável e auto-regulável, tendendo a um equilíbrio ótimo se deixado à própria sorte. Ao contrário, mostrou a possibilidade de que a economia permaneça em equilíbrio com desemprego, sem que haja qualquer mecanismo automático de convergência ao pleno emprego.

¹ Professor do Departamento de Ciências Econômicas da FACE/UFMG.
(gilberto@cedeplar.ufmg.br)

Alguns anos após a publicação da *Teoria Geral*, as idéias de Keynes – e suas interpretações – já eram amplamente difundidas nos meios acadêmicos e políticos, configurando o que se convencionou chamar de “revolução keynesiana”. A interpretação mais influente, elaborada por autores como Hicks, Modigliani e Samuelson, entre outros, buscou conciliar as prerrogativas da teoria clássica com as críticas e observações de Keynes, inaugurando a chamada Síntese Neoclássica. Baseando-se em restrições ao ajustamento de preços e salários para explicar a persistência do desemprego, tal corrente acabou por reduzir as contribuições de Keynes a um caso particular de um arcabouço neoclássico mais geral e a um bom guia para a gestão da política econômica. De fato, o período pós-guerra assistiu ao auge da influência da economia keynesiana sobre a elaboração de políticas de manejo da demanda agregada.

A partir dos anos 70, entretanto, a economia keynesiana entrou em declínio. Em primeiro lugar, pela crise que atingiu os países centrais naquela década, combinando estagnação e elevação das taxas de inflação – problemas que as prescrições tradicionais de política econômica pareciam incapazes de superar. Por outro lado (e simultaneamente), pelo fortalecimento das críticas teóricas à Síntese Neoclássica, empreendidas inicialmente pelos monetaristas (Friedman à frente) e em seguida pelos chamados novos clássicos (Lucas, Sargent e outros)².

O surgimento da escola pós-keynesiana pode ser considerado uma resposta – fora do *mainstream* – a tal crise. Liderada por autores como Davidson e Minsky, esta corrente propoz um retorno às contribuições originais de Keynes, a partir das quais se poderia construir um **paradigma** alternativo à ortodoxia. Isto é, a economia pós-keynesiana partiu da idéia de que Keynes trouxe contribuições novas e revolucionárias (*a la* Kuhn) para o estudo das economias capitalistas. Ademais, considerou que certos elementos fundamentais não foram devidamente tratados pela Síntese Neoclássica, o que teria possibilitado a incorporação de apenas alguns aspectos da teoria de Keynes ao corpo da teoria econômica tradicional, negligenciando alguns de seus *insights* mais importantes.

Assim, os pós-keynesianos rejeitaram as interpretações que procuravam enquadrar Keynes em modelos de equilíbrio geral e destacaram alguns aspectos que caracterizam fundamentalmente as economias capitalistas, como a irreversibilidade do tempo histórico, a incerteza quanto ao futuro (e a importância das expectativas para guiar decisões de investimento) e, por fim, o estratégico papel desempenhado pela

² Foge ao escopo desta resenha uma análise mais detalhada de tais críticas. Entre várias referências possíveis ver, por exemplo: Friedman (1968), Hicks (1987), Lucas (1981) e Mankiw (1990).

moeda. A partir desses elementos, pode-se construir uma “teoria monetária da produção”, em que:

- i) o desemprego involuntário persistente é possível e independente de hipóteses sobre rigidez de preços e salários;
- ii) a moeda representa papel crucial, influenciando a trajetória do sistema, tanto a curto quanto a longo prazo.

O livro *Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea*, organizado por Lima & Sicsú & Paula (1999), reúne uma série de trabalhos de inspiração pós-keynesiana, produzidos no Brasil, nos últimos anos. Segundo os organizadores,

“o objetivo básico do livro é demonstrar a relevância e extensão da teoria keynesiana contemporânea, em especial da sua vertente pós-keynesiana, em áreas diversas, tais como política econômica, financiamento, bancos, desenvolvimento regional, crescimento econômico, distribuição de renda, programas de estabilização, crises cambiais e reforma do sistema monetário internacional” (p. 25).

Com exceção do primeiro capítulo, escrito por Paul Davidson – considerado o mais importante autor pós-keynesiano vivo – todos os trabalhos são escritos por professores brasileiros que vêm desenvolvendo pesquisas na linha keynesiana em diversas instituições do País.

2 A ESTRUTURA DO LIVRO

O livro se divide em três partes. A primeira parte, intitulada Fundamentos Teóricos, reúne artigos que discutem elementos básicos na estruturação da teoria pós-keynesiana.

O capítulo de abertura, escrito por Paul Davidson, destaca as divergências entre os escritos de Keynes e suas interpretações mais tradicionais (da Síntese Neoclássica aos Novos Keynesianos), enfatizando a importância do princípio da demanda efetiva para explicar a ocorrência de desemprego involuntário persistente.

No capítulo 2, Luiz A. de Oliveira Lima trata dos fundamentos microeconômicos da macroeconomia. Criticando a visão convencional sobre microfundamentos, argumenta que a coordenação entre os agentes – que levaria a um equilíbrio walrasiano – nem sempre pode ser realizada através de mecanismos de preços. Neste sentido, o autor sugere que:

“o problema mais crucial não é o de se determinar os fundamentos micro da macro, mas sim o de determinar-se os fundamentos institucionais, que permitem a compatibilização das decisões individuais.” (p. 66)

O terceiro capítulo, escrito por David Dequech, discute uma noção forte de incerteza, em que é impossível aos agentes formar uma distribuição de probabilidades única e confiável como guia de conduta. Tal incerteza se relaciona à incompletude do conhecimento, por causa da escassez de evidência, e tem na possibilidade de mudança estrutural uma de suas fontes mais importantes.

Em seguida, Carmem Feijó analisa as “decisões empresariais em uma economia monetária de produção” (cap. 4), enfatizando a importância das expectativas como guia para decisões de produção e investimento em um mundo com incertezas.

O capítulo 5, escrito por Fernando Nogueira da Costa, encerra a primeira parte do livro e trata de questões ligadas à teoria monetária de Keynes. O autor discute a compatibilidade do horizontalismo com a preferência pela liquidez, o racionamento do crédito e os *mark-ups* flexíveis na formação das taxas de juros. Sugere, assim, uma complementaridade – ao invés de uma contraposição – entre pós-keynesianismo e horizontalismo.

A segunda parte do livro trata de temas relacionados ao sistema financeiro e ao crescimento econômico. No capítulo 6, Rogério Studart discute, a partir das relações entre investimento e poupança, a importância dos mercados financeiros no processo de acumulação de capital. Criticando os modelos de liberalização financeira – que se baseiam na suposição de que poupança prévia é condição necessária para o investimento – Studart aponta uma alternativa pós-keynesiana, que enfatiza o papel do crédito bancário para o financiamento do investimento e dos arranjos institucionais como condicionantes importantes nesse processo.

O capítulo seguinte, escrito por Luiz Fernando de Paula, mantém o foco sobre o sistema financeiro e analisa o comportamento dos bancos, como instituições ativas que administram dinamicamente seus balanços, buscando conciliar lucratividade com sua escala de preferência pela liquidez. Partindo de Keynes e Minsky, o autor sustenta que os bancos exercem influência decisiva no estabelecimento das condições de liquidez e de financiamento da economia, bem como nos impactos da política monetária adotada pelo Banco Central.

No oitavo capítulo, Gilberto Tadeu Lima discute as relações entre progresso tecnológico, crescimento e distribuição. Neste sentido,

apresenta um modelo em que a taxa de inovação tecnológica é endogenamente determinada pela parcela dos salários na renda e influencia a trajetória de acumulação de capital e crescimento econômico.

O capítulo 9, escrito por Adriana Amado, discute as influências do sistema financeiro sobre o desenvolvimento regional. A autora mostra que se o livre jogo do mercado prevalece o sistema financeiro contribui para uma tendência de aprofundamento das desigualdades regionais, através da concentração do crédito bancário em regiões mais desenvolvidas, com conseqüentes impactos sobre os investimentos. A partir de tal constatação, são defendidas políticas governamentais que possam minorar a tendência de concentração e promover maior igualdade nas trajetórias de desenvolvimento regional.

Encerrando a segunda parte do livro, José Luís Oreiro analisa o debate entre Keynes e os clássicos (especialmente Hawtrey, Ohlin e Robertson) sobre os determinantes da taxa de juros. Oreiro procura demonstrar que a diferença básica entre as duas abordagens diz respeito à influência de alterações na produtividade do capital e na propensão a poupar sobre a taxa de juros: para Keynes, o impacto é indireto – através de variações na renda, que afetariam a demanda por moeda (esta sim um dos determinantes da taxa de juros); já para os clássicos, o mecanismo de transmissão é direto, pois a taxa de juros determina-se pelos fluxos de demanda (I) e oferta (S) de Fundos de Empréstimos, que seriam diretamente afetados por variações na produtividade do capital e na propensão a poupar.

A terceira e última parte do livro traz artigos que discutem questões ligadas à dinâmica macroeconômica e à formulação da política econômica. O capítulo 11, de Luiz Gonzaga Belluzzo e Júlio Sérgio Almeida, analisa o processo de produção da riqueza em economias capitalistas, baseado em investimentos financiados por dívidas sancionadas pela geração dos lucros. Os autores mostram como, em situações de crise, eleva-se o grau de endividamento global – mesmo com a redução dos gastos em investimento – e discutem a importância dos déficits públicos para manter os fluxos de produção e os preços dos ativos, sustentando o lucro e o emprego.

No capítulo 12, Fernando Cardim de Carvalho discute algumas questões de política econômica presentes na obra de Keynes. A partir da constatação de que o sistema capitalista apresenta tendência a se equilibrar abaixo do pleno emprego, devido a insuficiências de demanda agregada, Keynes defende a intervenção do Estado na economia, como forma de elevar o nível de atividade, para estimular os investimentos privados. Carvalho analisa, então, as principais formas de intervenção

destacadas por Keynes, no âmbito das políticas fiscais, monetárias e de rendas.

O capítulo seguinte, escrito por João Sicsú, trata especificamente da política monetária. Em particular, busca trazer para a literatura pós-keynesiana os conceitos de reputação das autoridades monetárias e credibilidade de suas políticas – conceitos já bastante explorados no interior do *mainstream*. Sicsú mostra como essas variáveis afetam de forma decisiva as expectativas dos agentes privados frente às políticas adotadas e, logo, influenciam a capacidade de o Banco Central executar políticas eficientes no combate à inflação e ao desemprego.

No capítulo 14, Joaquim Andrade e Maria Luiza F. Silva examinam as semelhanças e diferenças entre a visão ortodoxa e a pós-keynesiana em relação às crises cambiais. Os autores destacam que os modelos ortodoxos mais recentes sobre crises cambiais se aproximam – embora partindo de princípios distintos e utilizando métodos diversos – de aspectos destacados por Keynes e pós-keynesianos, como o de expectativas auto-realizáveis, *animal spirits* e comportamento de manada. Sugerem, desta forma, a possibilidade de se estabelecer uma área comum de debate entre teorias bastante distintas.

O capítulo 15, de Fernando Ferrari Filho, apresenta algumas das idéias e concepções de Keynes acerca das relações monetárias internacionais. Destacam-se, neste caso, as propostas para a criação de uma autoridade monetária supranacional, para regular a elasticidade da liquidez internacional, reduzindo a incerteza no ambiente econômico.

Keynes e a estabilização do marco alemão, de Paulo Nogueira Batista Jr., encerra a coletânea. Neste artigo, o autor analisa os estudos de Keynes a respeito da hiperinflação alemã dos anos 20. Argumenta-se que, além do interesse puramente histórico, algumas análises de Keynes antecipam muitos aspectos do debate contemporâneo sobre processos inflacionários, especialmente na Argentina e no Brasil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro *Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea* tem o inegável mérito de divulgar mais amplamente a pesquisa em economia keynesiana no Brasil, contribuindo para a manutenção de um saudável pluralismo. Os temas abordados são bastante diversificados, mas observa-se certa unidade e interligação entre os capítulos que compartilham dos mesmos princípios teóricos. Embora a maior parte dos artigos tenha sido publicada anteriormente – o que faz com que

o livro não traga tantas novidades ao leitor mais iniciado na área – a edição de todos eles em um único volume significa maior visibilidade e mais fácil acesso a uma produção expressiva e variada, que resgata a importância das análises de um dos maiores e mais influentes economistas do século XX: J. M. Keynes.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRIEDMAN, M. The role of the monetary policy. *American Economic Review*, v. LVIII, n. 1, Mar. 1968.

HICKS, J. *A crise na economia keynesiana*. São Paulo: Vértice, 1987.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.

LIMA, Gilberto Tadeu; SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de (Orgs.). *Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LUCAS, R. *Studies in business cycle theory*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1981.

MANKIW, G. A quick refresher course in macroeconomics. *Journal of Economic Literature*, v. XXVIII, Dec. 1990.